

Educação e língua na reconstrução da identidade ucraniana (Prudentópolis, Paraná – séculos XX e XXI)

Education and language in the reconstruction of Ukrainian identity (Prudentópolis, Paraná - 20th and 21st centuries)

Lourenço Resende daCosta¹

Valquiria Elita Renk²

Resumo: Este artigo analisa a importância e os significados da língua e da cultura ucranianas em Prudentópolis, Paraná, do início do século XX ao início do século XXI. Nesse período as escolas, a igreja, as famílias e a imprensa foram instituições que buscaram manter viva a língua e a cultura na construção da *ucraneidade*. A comunidade étnica enfrentou diferentes processos e tensões, seja nos embates com o Estado ou no interior da comunidade e a língua foi sendo apropriada e ressignificada a cada geração. O estudo oferece uma reflexão sobre as possibilidades de escrever uma história da manutenção da língua ucraniana no contexto da imigração paranaense.

Palavras-chave: Escola; Identidade; Ucranianos.

Abstract: This article analyzes the importance and the meanings of the Ukrainian language and culture in Prudentópolis, Paraná, from the beginning of the 20th century to the beginning of the 21st century. During this period, schools, the church, families, and the press were institutions that sought to keep the language and culture alive in the construction of Ukrainian. The ethnic community faced different processes and tensions, whether clashes with the State or within the community, and the language has been appropriated and reframed with each generation. The study offers a reflection on the possibilities of writing a history of the maintenance of the Ukrainian language in the context of Paraná immigration.

Keywords: School; Identity; Ukrainians.

Introdução

Neste artigo buscou-se discutir a importância e os significados da língua ucraniana para a comunidade étnica de Prudentópolis, Paraná, desde as primeiras décadas do século XX até o século XXI. Esta língua eslava foi, por muito tempo, a língua materna dos imigrantes e seus descendentes no Brasil. Considerando que os primeiros imigrantes ucranianos chegados à região eram, em grande maioria, camponeses pobres e

¹ Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); professor de História pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED). E-mail: resendedacosta@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); estágio pós doutoral em Educação (UFPR, 2019); professora da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) nos Programas de Pós Graduação em Bioética e Programa de Pós Graduação em Direitos Humanos e Políticas Públicas; líder do Grupo de Pesquisa Bioética e Educação. E-mail: valquiarenk@gmail.com.

analfabetos, o ambiente familiar proporcionava o desenvolvimento da língua oral. No entanto, o aprendizado da escrita e da leitura dependia de processos de aprendizagem formal.

O recorte temporal corresponde ao período de construção das escolas étnicas, fundação dos jornais em língua ucraniana e da ação da Igreja no ensino desta língua, passando pelos embates e tensões com o Estado e mesmo dentro da própria comunidade, tendo em vista a manutenção de uma identidade etnocultural. Nesse ínterim, os processos engendrados no interior da comunidade revelam a importância e os significados da língua e da cultura ucraniana para as diferentes gerações. Para tanto, a questão norteadora da pesquisa é: Como a língua ucraniana se tornou um elemento na construção de uma identidade étnica ou etnocultural dos ucranianos em Prudentópolis, Paraná?

Importante salientar que o termo colônia faz referência ao modo como o governo³, tanto no Império quanto na República, organizou as áreas destinadas à recepção dos imigrantes. As colônias eram porções de terras destinadas à instalação das famílias que chegavam. Nesses locais os lotes eram medidos e distribuídos conforme a legislação de cada província ou estado, em consonância com a legislação federal (IOTTI, 2001)⁴.

Os ucranianos que desembarcaram no Brasil a partir da última década do século XIX, vieram de um contexto de dominação estrangeira, seja dos czares da dinastia Romanov ou do Império Austro-Húngaro. Cabe mencionar que naquela época, parte da Ucrânia atual, especialmente a Galícia, de onde vieram muitos imigrantes ao Brasil, era uma região em que os poloneses possuíam uma posição política de superioridade em relação aos ucranianos. Kazimierz Gluchowski (2005) ao mencionar este processo, denomina os ucranianos imigrados da Galícia de 'Rusini', mas, poderiam ser denominados

³ Companhias de Imigração particulares também atuavam nesse processo. Mas, sempre a partir de legislação estatal.

⁴ Na contemporaneidade o termo "colônia" pode também significar uma comunidade localizada na área rural.

de 'Ucrainicy' (KAWKA, 2005, *apud* GLUCHOWSKI, 2005). Naquele contexto, os ucranianos sofriam uma série de restrições, inclusive de acesso à educação e utilização do idioma (DAVIES, 2018, p. 537; HIMKA, 1988, p. 61). Portanto, a importância atribuída pelos imigrantes à língua e à educação está ancorada na sua história, antes mesmo de cruzarem o Atlântico.

O Brasil acolheu 120 mil ucranianos a partir de 1890, que foram instalados em colônias no noroeste do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Centro-Sul paranaense. No Paraná, 19.272 ucranianos se instalaram em Curitiba, Campos Gerais, Vale do Rio Iguaçu e Rio Negro (HORBATIUK, 1989; MARTINS, 1955; BORUSZENKO, 1969). Os imigrantes foram alocados em colônias étnicas e incentivados a trabalhar na agricultura, já que havia interesses governamentais no aumento da produção de alimentos e ocupação das terras.

Nessas colônias étnicas, logo após a sua fixação, os imigrantes construíam uma igreja, uma escola (ou outro espaço que tivesse a função de ensinar) e um cemitério. A escola, a Igreja, as associações culturais/instrutivas e os jornais, contribuíam na manutenção da identidade étnica. Os imigrantes, em sua maioria, eram agricultores e cultivavam para a subsistência; as colônias eram formadas por um grande número de pessoas com a mesma origem, o que permitia a formação de um grupo coeso (HAURESKO, et al, 2015).

O termo "colônia étnica" está relacionado à predominância de pessoas de determinado grupo em uma área destinada à recepção de imigrantes. Embora não houvesse uma restrição formal a indivíduos de origens distintas, o mais comum foi a fixação de pessoas com a mesma ascendência na mesma colônia ou em áreas próximas. A "escola étnica", por sua vez, recebe tal denominação por ser construída pelo grupo para a instrução escolar das crianças pertencentes ao conjunto etnocultural e linguístico da comunidade.

No que tange à religião, os ucranianos que desembarcaram nos portos brasileiros podem ser divididos, grosso modo, em dois grupos, ambos cristãos. Porém, uma parte é cristã Ortodoxa, tendo como líder máximo o Patriarca de Constantinopla; e, a outra parte,

é cristã católica, que segue as diretrizes do Papado, mas que realiza a liturgia no rito Oriental ou Bizantino. Em Curitiba, por exemplo, há duas Eparquias Ucrânicas – o equivalente a uma Diocese na Igreja Católica de Rito Latino: Eparquia Ortodoxa de São Demétrio e Eparquia Católica de São João Batista (TAMANINI, 2017). Em Prudentópolis não há registro de Paróquia ou mesmo alguma capela Ortodoxa, apenas a Igreja Católica se faz presente.

Já em relação à imprensa editada com o alfabeto cirílico (alfabeto utilizado na língua ucraniana), o primeiro jornal no Brasil com essas características foi o *Zoriá* (Estrela), fundado em 1907 na capital paranaense (PRADO; ANTUNES, 2016. p. 15). Mas as publicações em vernáculo ucraniano não se restringiram apenas à Curitiba, pois no interior do Estado havia periódicos mantidos pelos imigrantes e seus descendentes. Um dos mais longevos está sediado em Prudentópolis: fundado em 1912, o *Prácia* (Trabalho) continua em atividade. Até meados dos anos 1990 era publicado em ucraniano, mas, a partir do final daquela década, passou a ser bilíngue ucraniano-português (PRADO; ANTUNES, 2016, p. 24). Para Oksana Boruszenko (1995), os imigrantes ucranianos e seus descendentes encontraram nos jornais uma forma de manutenção do idioma escrito.

O vernáculo ucraniano, língua materna do grupo, não se perdeu na emigração, mas foi ressignificado e pode ser considerado um elemento importante na manutenção da identidade étnica (CUNHA, 1986)⁵. Em Prudentópolis, a escola, juntamente com a Igreja Ucraniana, desempenhou papel importante na preservação da língua (COSTA, 2016, p 55). Até 2019, o idioma ucraniano era ensinado na matriz curricular como língua estrangeira em duas escolas públicas estaduais no município; no ano letivo de 2020 a referida disciplina foi substituída pela língua inglesa.

Ante a ausência de escolas públicas nas colônias de imigração, os colonos tomavam a iniciativa de sua construção e manutenção, segundo seus interesses, até a

⁵ A questão da manutenção da língua materna e da adoção da língua nacional foi analisada por autores que estudam as imigrações no Brasil, como Rambo, (1994), Seyferth, (1974 e 1982), Willems, (1980), Wachowicz, (1970), Muller (1994), Kreutz (1991), Renk (2009).

década de 1930. As comunidades constituíam as associações culturais para este fim ou solicitavam a vinda de congregações religiosas da Europa, que assumissem a educação dos filhos. Eram raras as comunidades ucranianas onde não houvesse uma escola étnica, mostrando os esforços dos colonos para a constituição de escolas elementares, ou de primeiras letras, para o atendimento escolar de seus filhos. Pode-se afirmar que o empenho destes sujeitos no estabelecimento de escolas foi fundamental para o processo de escolarização e da criação de uma rede de escolas étnicas nas áreas de imigração.

No Paraná, em 1938, havia mais de 60 escolas ucranianas, que funcionavam à margem do aparelho estatal (RENK, 2009)⁶. Essas escolas atendiam às necessidades das comunidades, eram organizadas dentro das condições possíveis e podiam ser comunitárias, vinculadas à Igreja ou subvencionadas pelo governo. Em comum, o ensino era ministrado em idioma eslavo ou bilíngue (ucraniano e português); os conteúdos escolares (que incluíam a história e cultura do país de origem), assim como a organização pedagógica e administrava, não tinham vínculos com o sistema de educação pública até a década de 1930. A língua portuguesa era ensinada na medida da necessidade do grupo ou das imposições legais. Assim, as primeiras gerações destes descendentes de imigrantes, mesmo nascidos no Brasil, pouco ou nada se expressavam em português. Com a nacionalização compulsória, em 1938, ocorreu o fechamento das escolas étnicas no país e a educação passou a ser exclusivamente em língua portuguesa, mas não significou o fim da cultura ucraniana que continuou a ser transmitida pelas famílias.

A história cultural encaminha a discussão teórico-metodológica desta pesquisa, ancorada na análise da cultura enquanto prática. No bojo dessa discussão, ganham ênfase teórica os conceitos de identidade étnica e cultural (CUCHE, 2002; BARTH, 1976; POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011). À análise documental e bibliográfica, soma-se também a metodologia da história oral (AMADO; FERREIRA, 2006).

⁶ Não existem estatísticas oficiais da quantidade de escolas étnicas ucranianas. O ano de 1938 foi mencionado pela nacionalização compulsória com o Decreto Federal 406 de 1938 e o fechamento das escolas étnicas no país.

Este artigo está organizado em três partes. Na primeira, buscou-se compreender a configuração da educação para os descendentes de ucranianos e o processo de nacionalização das escolas étnicas. No segundo momento do texto, discute-se a sobrevivência da língua pós Era Vargas e na última parte produziu-se uma análise da língua ucraniana como um elemento de identidade étnica e a importância da educação no constante e ininterrupto processo de construção da *ucraneidade*⁷.

A Educação e a nacionalização das escolas étnicas: Da constituição das primeiras escolas étnicas até a nacionalização em 1938

Entender a importância da língua de origem em uma colônia étnica é um desafio que instiga compreender como este grupo étnico concebeu e produziu modos de perpetuar a cultura por meio de táticas e estratégias, que são as “artes de fazer” (CERTEAU, 1994). Esse processo leva a compreender a importância e o papel social da escola, da família, da Igreja e da imprensa na manutenção da identidade étnica ou *ucraneidade*.

A língua ucraniana tornou-se um elemento de pertencimento étnico e de identidade contrastiva ante outros grupos, inclusive os ‘brasileiros’, pois a identidade étnica, segundo Fredrik Barth (1976, p. 10), não se constrói no isolamento, mas sim no contato com o diferente e na percepção das dessemelhanças. “A língua de um povo é um sistema simbólico que organiza sua percepção do mundo, e é também um diferenciador por excelência [...]” (CUNHA, 1986, p. 100). Era considerada a língua materna deste grupo étnico, aprendida em casa no convívio cotidiano, ensinada na escola, falada na Igreja, nos espaços públicos, publicada nos jornais, livros e textos sagrados. Nas comunidades, as famílias não viam muita necessidade de aprender a língua portuguesa, que só era acionada nos contatos com outras comunidades e etnias, incluindo a sociedade brasileira

⁷ Aqui nos apropriamos da expressão utilizada/definida por Paulo Augusto Tamanini (2017, p. 28), segundo o qual a *ucraneidade* constitui-se em um modo de ser que não se resume a aspectos visíveis.

(RENK, 2014). Entre os nascidos nas décadas de 1940 e 1950, o português só era aprendido quando chegava a idade escolar (COSTA, 2019)⁸.

As primeiras tensões ante o uso de língua estrangeira no país datam ainda da primeira década do século XX. No entanto, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tornaram-se mais visíveis as diferenças étnicas no Brasil, revelando as hostilidades entre os brasileiros e os descendentes de imigrantes⁹. Naquele momento, a língua nacional e a língua estrangeira, eram elementos de diferenciação entre 'brasileiros' e 'estrangeiros/imigrantes'. Para o governo, saber se comunicar em língua portuguesa era condição básica para ser um cidadão brasileiro; e para os descendentes de ucranianos preservar a língua materna era condição para manter a identidade etnocultural. São nos momentos de crise que as diferenças culturais se tornam mais visíveis e mais persistentes (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011).

A escola étnica foi uma instituição essencial no ensino e aprendizado da língua ucraniana, sendo que as primeiras construídas nas proximidades de Prudentópolis datam de 1898 (RENK, 2009). Em praticamente cada colônia do Paraná havia uma escola, como registrou o Inspetor de Ensino: "Em todas essas Linhas existem escolas públicas e particulares, localizadas quase sempre nas encruzilhadas" (RELATÓRIO DE GOVERNO, 1923, p. 55-56). Apesar deste relato, praticamente inexistiam escolas públicas nas áreas de imigração europeia até 1930. Houve diferentes experiências escolares, desde as escolas elementares até as escolas ginasiais (uma em União da Vitória, criada em 1926 pela União dos Ucranianos do Brasil, e outra em Prudentópolis, construída pelos Padres Basilianos em 1935, que existe até hoje, como o Colégio São José), sendo administradas pelas comunidades, pelas congregações religiosas ou as escolas subvencionadas¹⁰.

⁸ Entre os nascidos nas décadas de 1960 e 1970 ainda era muito significativo o aprendizado do ucraniano como primeira língua, sendo o português aprendido após a chegada da idade escolar. Note-se que já são períodos em que oficialmente as escolas étnicas tinham deixado de existir.

⁹ Exemplar a esse respeito era a desconfiança, às vezes velada, às vezes explícitas, em relação aos alemães (NADALIN, 2012).

¹⁰ A subvenção escolar era uma forma de auxílio, criado ainda na época do Império e que persistiu com a República. Uma das exigências para que o professor recebesse a subvenção, era de que tivesse no mínimo

Em comum nessas diversas experiências escolares havia a autonomia para selecionar os conteúdos a serem ensinados, ministrados em língua ucraniana ou de forma bilíngue; nessas escolas existia sempre a preocupação em ensinar a história e cultura do grupo. A partir de 1918, atendendo aos clamores populares de nacionalização do ensino, o governo passou a subvencionar algumas escolas étnicas, que deveria ensinar em idioma português, com a intenção de “nacionalizar a infância”.

A escolarização (ou *Prosvita* – Iluminação) nas comunidades ucranianas tinha muitos significados: para os imigrantes era uma necessidade vital para que seus filhos aprendessem a ler e escrever na língua materna; para a Igreja Católica Ucraniana era um espaço de controle social e moral da comunidade; para as catequistas, um espaço para ensinar sobre os textos sagrados na língua ucraniana; para os intelectuais laicos (muitas vezes anticlericais) das associações culturais, era um espaço de divulgação de suas ideias; e, para o governo, era um espaço de nacionalização e homogeneização da população (GUÉRIOS, 2007, ZINCO, 1960).

Até a década de 1920, não houve preocupação do governo estadual em construir escolas públicas nas comunidades de imigrantes, nem mesmo em homogeneizar a cultura escolar ou inserir estas comunidades à cultura nacional. A nacionalização do ensino foi sendo implementada, nas décadas de 1920 e 1930, a partir de várias medidas legais que tornavam obrigatórios o ensino em língua nacional, a implementação do Programa Oficial de Ensino (incluindo história e geografia do Brasil), a adoção de livros didáticos e o incentivo às atividades de caráter cívico, que simbolicamente constituíssem um quadro de identificação da nação (ORIOL, 1984; RENK, 2009). Mas estas medidas não tiveram a

20 alunos. Nas áreas de imigração, o Governo Estadual pagaria a subvenção ao professor, quando solicitado, desde que demonstrasse capacidade de lecionar em língua portuguesa, mediante exame de habilitação (PARANÁ, RELATÓRIO DE GOVERNO, 1921, p. 69-70). O estado do Paraná mantinha um acordo com a União, pelo qual subvencionava 120 escolas rurais (COSTA, 1925). Sobre a subvenção escolar no estado, ver: PARANÁ, Lei 1775 de 03 de abril de 1918. Determina a obrigatoriedade do ensino da Língua Portuguesa. Leis de 1918. Curitiba: Typ. D'A República, 1918, p. 37 e Relatório Apresentado ao Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado pelo Dr. Enéas Marques dos Santos, Secretário dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, em 31 de dezembro de 1918, p. 10.

eficácia almejada, pois as escolas étnicas encontraram formas de burlá-las, como o ensino bilingue.

As relações das escolas étnicas com as autoridades estaduais de ensino tornaram-se tensas à medida que a legislação foi recrudescendo sobre a obrigatoriedade de o ensino ser ministrado em língua nacional. Revisitar os Códigos de Ensino é entender o esforço das autoridades em fazer da escola o espaço de formação do cidadão nacional e de incorporação dos jovens nas áreas de imigração à sociedade brasileira¹¹. Essa legislação estava em consonância com o ideário nacionalista que circulava na imprensa na época, atribuindo às escolas étnicas a “desnacionalização da infância”. As comunidades imigrantes resistiam em adotar os preceitos legais, pois ensinar em língua portuguesa representava um risco de esquecer a língua e a cultura de origem.

Concomitante a este processo, as escolas eram inspecionadas para avaliar o cumprimento legal do ensino em língua portuguesa, o uso dos livros didáticos prescritos, a adoção do programa oficial de ensino e, em caso de não cumprimento, podiam ser fechadas. Ao passo que a inspeção escolar se tornava mais rigorosa, as escolas se “reinventaram” para não fechar as portas com o ensino bilingue (português e ucraniano). Desta forma, atendiam aos preceitos legais e aos interesses da comunidade étnica.

¹¹ Mais informações sobre os Códigos de Ensino e legislação educacional no aspecto da nacionalização do ensino, ver: *Decreto no. 17 de 09 de janeiro de 1917*. Aprova o Código de Ensino do estado do Paraná. Coleção de decretos e Regulamentos de 1917. *Decreto 13.014, de 04 de maio de 1918* sobre a subvenção do ensino. *Lei n. 1.775 de 03/04/1918*, sobre a obrigatoriedade do ensino em língua nacional. Lei 2005/1920, estabeleceu no art.1º que as escolas particulares estrangeiras eram obrigadas a ensinar em língua vernácula História do Brasil, Geografia do Brasil e a Língua Portuguesa. *Decreto Lei 2.157 de 08 de abril de 1922*, intensificando a nacionalização das escolas de imigrantes com várias exigências como a comprovação de domínio do idioma nacional, comprometer-se a cumprir os feriados nacionais e o Programa Oficial de Ensino, entre outros. *O artigo 16 do Decreto n. 1545 de 25 de agosto de 1939* afirmava que todas as práticas religiosas tinham que ser feitas em português. No Paraná, a *Portaria n. 302 de 16 de setembro de 1938*, o Chefe de Polícia do Estado do Paraná, (de acordo com a Lei Federal 406) pede atenção aos artigos n. 86 e 87 e os *artigos n. 272 e 275 da Lei 3010 de 20 de agosto*, que não permitiam a circulação de publicação em língua estrangeira no país, salvo com autorização das autoridades. *Lei Federal nº 7.614 de 12 de dezembro de 1938* que, no artigo sétimo, estabelecia: “a instrução primária será ministrada exclusivamente em Português”. *Decreto nº 1.006 de 10 de dezembro de 1939*, censurava o material didático e os livros escolares. *O Decreto nº 1.545 de 15 de agosto de 1939*, instruía os Secretários de Educação dos Estados para que construíssem escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira.

Resistiam em adotar a língua portuguesa, que significaria perder a identidade étnica e ter o ensino uniformizado aos das escolas públicas.

Muitas crianças das áreas de imigração, apesar de terem nascido no Brasil, não se identificavam como brasileiras e pouco conheciam a língua portuguesa, ainda em 1938. As memórias fazem parte do processo de construção histórica, e mesmo com a distância temporal, o ex-aluno ainda lembra desse processo: “Quando eu completei oito anos, em 1918, eu entrei para a escola pública de Mallet e foi meu primeiro contato com a língua portuguesa, pois em ucraniano eu já sabia ler e escrever, pois minha mãe e minha irmã mais velha me ensinaram em casa o ucraniano” (P.K, *apud* RENK, 2009, p. 60). Neste sentido, o início do aprendizado da língua portuguesa em uma escola ucraniana de Prudentópolis, em 1927, ocorria por repetição e memorização das palavras. Sem compreender o que era dito pela docente na aula de geografia do Brasil, em língua portuguesa, a classe repetia as lições. “Aquilo era repetido como se fosse ladainha, não guardava nada”, lembra o então estudante de uma escola étnica. (R.S, *apud* GUÉRIOS, 2007, p. 204).

Como a nacionalização do ensino e a incorporação dos imigrantes à comunidade nacional, esperada pelo governo estadual nos anos de 1930, não ocorreram, o processo de nacionalização do ensino continuou, agora também em escala nacional. A política do governo de Getúlio Vargas tinha como premissa “erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três Estados do Sul e incutir nas populações de origem europeia o sentimento de brasilidade” (SEYFERTH, 1982, p. 175). No ano de 1938, ocorreu o fechamento das escolas étnicas, através do Novo Código Escolar Estadual do Paraná (PARANÁ, 1938) e do Decreto Federal 406/1938¹², a “Lei da Nacionalização” (BRASIL, 1938, p. 162, grifos nossos), determinando que:

[...] *todo o ensino fosse em língua portuguesa*, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal

¹² Principalmente no que se refere aos Art. 85 a 90, que tratam especificamente do uso da língua nacional em livros, jornais e revistas.

circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à Bandeira Nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma”

Ante isto, as escolas étnicas, as associações culturais de origem imigrante e os jornais publicados em língua estrangeira foram fechados. O ensino passou a ser ministrado em língua nacional em todas as escolas. Os cadernos escolares registraram até 1937 o ensino em língua ucraniana e, no primeiro dia de aula de 1938, as lições copiadas em português. A língua portuguesa, escrita e falada, passou a ser considerada a verdadeira fronteira da nação. Nas colônias étnicas, a nacionalização através da Língua Nacional impôs-se de forma brutal com a proibição do uso de idioma estrangeiro em espaços públicos: “Minha mãe não sabia falar português, só ucraniano, então ela não saía para a rua, não fazia compras, não saía para lugares públicos” (M.V, *apud* RENK, 2009, p. 148). As professoras criaram táticas para ensinar a língua: “Durante a aula não se podia falar ucraniano. A gente tinha as aulas de catequese em ucraniano, onde a gente aprendia a ler e cantar, mas na escola não. [...] Tinha alguns livros, mas escondidos” (I.K. *apud* RENK, 2009, p. 217). Muitas crianças só tiveram o primeiro contato com a língua portuguesa na escola, agora nacionalizada.

A importância do idioma não se restringe aos ucranianos e os problemas enfrentados por eles durante a implementação das leis de nacionalização atingiram os demais grupos de origem imigrante. Os poloneses, bem como os ucranianos, sofreram com o fechamento de suas escolas étnicas. A pressão sobre os alemães, italianos e japoneses foi intensa na primeira metade da década de 1940 em decorrência dos desdobramentos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) (RENK, 2009, p. 77). Em Curitiba, a “Comunidade Evangélica Alemã” sofreu com a intolerância do Estado Novo e do alinhamento do Brasil no conflito bélico mundial (NADALIN, 2007, p. 15)

As celebrações religiosas também foram objeto de fiscalização do governo, pois o Decreto n. 1545 de 25 de agosto de 1939, no artigo 16, afirmava que todas as práticas

religiosas tinham que ser feitas em português, incumbindo o Exército de fiscalizar as “zonas de colonização estrangeira” (SEYFERTH, 1999, p. 221). Assim, não era incomum que um oficial do exército ou policial estivesse presente na porta da Igreja, na hora da celebração. Nos espaços públicos, as pessoas não se manifestavam em língua estrangeira com medo de serem delatadas.

A partir de negociações entre a Igreja Católica e o governo, foram autorizadas algumas celebrações religiosas, ou parte delas em língua estrangeira. As celebrações religiosas em língua ucraniana foram autorizadas em caráter excepcional, pelo Bispo Diocesano ao Vigário de Prudentópolis, mostrando que a Igreja Católica iria contribuir com a campanha de nacionalização (Dossiê DOPS 1106, Topografia 134, DEAP). Para se fazer entender pela comunidade étnica, alguns religiosos astutamente realizavam a celebração em língua ucraniana ficando de costas para os fiéis, de frente para a cruz, justificando que estava se comunicando com Deus e não com a comunidade, portanto não precisava falar em português. Quando o celebrante era interrogado pelas autoridades ele justificava que era parte do rito.

As professoras e as catequistas criaram táticas, na perspectiva certoniana, que escapavam do controle oficial para ensinar o idioma ucraniano (CERTEAU, 1994, p. 46). A catequese, fora do espaço escolar, possibilitava a continuidade do aprendizado da língua: “Depois do horário da aula ela ensinava em ucraniano. O pessoal trazia os caderninhos de ucraniano e depois da aula eles ficavam mais meia hora, por aí, e daí ela ensinava a catequese em ucraniano” (I.K, *apud* RENK, 2009, p. 217). Portanto, as catequistas foram importantes no processo de ensino e manutenção da língua, mesmo naqueles tempos difíceis.

Em muitas comunidades ucranianas os idosos não sabiam ou se comunicavam muito pouco em língua portuguesa e, com a proibição do uso do ucraniano, até as celebrações religiosas deixaram de ser realizadas, como se pode observar no relato de A. N. (*apud* RENK, 2009, p. 159):

Em casa sim, a gente falava o ucráino. Tinha a minha avó que não sabia dizer nem uma ou duas palavras em brasileiro. [...] Não deixavam falar ou rezar em ucráino, só em português nem que fosse num velório. Se alguém denunciava, levavam preso para São José [...] E então, como faziam? Ficavam quietos. Na missa não iam, na igreja, o padre não vinha

Foi um período de muito medo e temor de ser denunciado às autoridades por se expressar em língua ucraniana em espaços públicos. Havia delações e denúncias anônimas às autoridades policiais sobre as escolas ou pessoas se expressarem em língua ucraniana, como revelam os processos que compõe parte dos Arquivos DOPS (RENK, 2009).

Livros, cadernos, jornais ou qualquer publicação em língua estrangeira foram objeto de confisco pelas autoridades. Muitos livros das bibliotecas das associações culturais e instrutivas foram escondidos pelos sócios¹³. Estava cerceado o direito de ler na língua materna do grupo. Ante isso, só restava à imprensa étnica passar a ser publicada em língua nacional, ou fechar as portas. No final de outubro de 1940, o *Pracia* também foi proibido de circular (GUÉRIOS, 2007, p. 218; PRADO; ANTUNES, 2016, p. 24).

Nesta perspectiva, o material didático e os livros escolares também foram objeto de censura, com o Decreto nº 1.006/1939, devendo ser ensinados conteúdos que incorporassem as crianças e jovens à nação brasileira. Ainda mais, muitos jovens brasileiros que não soubessem falar o português fluentemente deveriam ficar dois anos no Exército, aqueles que não lessem e nem escrevessem ficariam um ano e meio¹⁴.

Ante a situação de que as crianças em idade escolar pouco ou nada sabiam se expressar em língua portuguesa, em 1938, os docentes faziam tentativas para serem compreendidos pelos alunos, como a tradução das lições do português para a língua

¹³ Lei n. 406 de 04 de maio de 1938. No Paraná a Portaria n. 302 de 16 de setembro de 1938, o Chefe de Polícia do Estado do Paraná pedia atenção aos artigos n. 86 e 87 e os artigos n. 272 e 275 da Lei 3010 de 20 de agosto, que não permitiam a circulação de publicação em língua estrangeira no país, salvo com autorização das autoridades (Boletim Policial, Outubro de 1938, ano II n. 19. Publicação Oficial da Polícia do Estado do Paraná. Arquivo BPP, Seção Paranaense).

¹⁴ O General Meira de Vasconcellos foi indicado por Getúlio Vargas como responsável pela “campanha de naturalização ostensiva, para absorver as minorias brasileiras” e até setembro de 1939 já estava determinado que os serviços religiosos deveriam ser em Língua Nacional, que nas escolas só se falassem em Português e que nos negócios não se pronunciasse língua estrangeira (CANCELLI, 1993, p. 136).

ucraniana. Não poder expressar-se na língua materna foi uma violência imposta àquelas crianças: “Nem no recreio podia falar ucráino. Era proibido” (A.N, *apud* RENK, 2009, p.214).

Os exames finais eram realizados pelos inspetores brasileiros, que além das obrigações de ofício, também fiscalizavam o aprendizado em língua portuguesa. De forma tática, a professora ou o professor instruía as crianças sobre o que poderia ser dito, para causar boa impressão à autoridade. “A gente tinha medo porque chegava o Inspetor, ele era brasileiro. [...] Daí a Irmã ensinava o que tinha que dizer o que podia e o que não podia dizer. A turma decorava, tinha que decorar” (P.L, *apud* RENK, 2009, p. 169). Havia o cuidado da escola para que as crianças não se manifestassem na língua materna, o que poderia ser entendido pela autoridade como pouco esforço da instituição em nacionalizar a infância.

As instituições deveriam substituir seus nomes “étnicos” por nomes “brasileiros” e também mudar seus estatutos e não manter a identidade étnica (GUÉRIOS, 2007, p. 217):

A Naródnii Dim (Casa Nacional) da sede de Prudentópolis foi confiscada pelo Exército, e todas as Sociedades Ucranianas do Paraná sofreram intervenções em seus estatutos, já que não era mais permitido definir como objetivo de sua existência o desenvolvimento da nacionalidade ucraniana ou prever atividades associadas à etnia

Algumas escolas particulares foram transformadas em escolas públicas, outras foram fechadas e as que permaneceram abertas adequaram-se à legislação ensinando em língua portuguesa.

Mesmo com a nacionalização compulsória, em casa, longe do olhar fiscalizador do Estado, as famílias contavam histórias e lendas e cantavam músicas, eram formas de transmitir às crianças o legado cultural que identificava o grupo. Não se pode desconsiderar a importância da Igreja Ucraniana e em especial das catequistas em ensinar a ler e escrever em língua ucraniana, como uma forma de resistência à nacionalização.

A sobrevivência da língua pós Era Vargas

Em 1945 a chamada Era Vargas (1930-1945) chegou ao fim e o Estado Novo (1937-1945), período do governo de Getúlio com características ditatoriais em vários aspectos, deu lugar a um novo momento da história do país sob a Constituição de 1946, muito mais democrática que a de 1937. No entanto, muito do que foi realizado durante os anos anteriores à nova Carta Constitucional, continuaram refletindo na vida das pessoas.

Mas, embora o Estado Novo tenha interditado o discurso e buscado estabelecer a sua própria verdade, o fato é que as pessoas no seu dia a dia continuaram usando táticas, na perspectiva de Michel de Certeau (1994, p. 46), garantindo assim que o vernáculo ucraniano continuasse sendo falado nos diversos municípios em que havia presença de pessoas com tal ascendência.

Se mesmo em Curitiba, por exemplo, era impossível uma fiscalização rígida, muito mais difícil era a efetiva repressão nos municípios no interior do Estado. Além disso, conforme já ressaltado, o cerceamento se dava, sobretudo, em locais como igrejas e sedes de jornais que possuíam uma estrutura física fixa. Na rua, na roça, no interior das residências, o idioma continuou a ser praticado.

Se até a década de 1930 os filhos dos imigrantes conseguiam frequentar escolas em que as aulas eram no idioma materno e muitas vezes versavam sobre temas da terra natal dos antepassados, após a legislação do Estado Novo, isso não foi mais possível. No entanto, a legislação estado-novista não logrou êxito na nacionalização completa da infância, conforme eufemismo da época, mas as ações previstas naquela legislação, mesmo após o fim de sua vigência, continuaram gerando consequências.

A principal delas se deu em razão do desmantelamento das escolas étnicas. Embora o idioma não tenha deixado de ser usado pelas pessoas com ascendência ucraniana, o fim das escolas mantidas pelos grupos imigrantes, em que as aulas eram ministradas de acordo com a língua do grupo mantenedor, trouxe consequências. Por mais que no convívio familiar as crianças continuassem aprendendo o idioma ucraniano em primeiro lugar, a escola passou a representar um momento de ruptura do uso

exclusivo do vernáculo trazido pelos imigrantes da Europa, para um uso bilíngue (ucraniano-português). Os nascidos a partir da década de 1940 que, portanto, chegaram à idade escolar no período pós Era Vargas, se deparavam com estabelecimentos de ensino em que o idioma português era obrigatório (COSTA, 2019).

Todavia, se por um lado os resquícios da legislação, no que tange o ensino, proporcionou maior contato com a língua nacional, pois a estratégia foi obrigar o uso do português na escola, por outro lado, isso não significou que os grupos imigrantes acataram tal legislação sem nenhuma reação. No caso dos ucranianos, especialmente em Prudentópolis, a Igreja teve um papel fundamental para a manutenção do vernáculo trazido da Ucrânia pelos pioneiros. Uma ação concreta foi a criação, em 1940, do Instituto Secular das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus (ISCSCJ) pelo padre Cristóforo Miskiw da Ordem de São Basílio Magno (COSTA, 2020, p. 136).

As catequistas, pertencentes ao referido Instituto, poderiam, ao contrário das freiras de Ordens religiosas já existentes, se misturar ao povo nas comunidades sem serem identificadas pela roupa. As catequistas do ISCSCJ não usam o hábito religioso que à distância marca a presença de uma freira. O Instituto estava atrelado à Igreja Ucraniana, portanto, seu compromisso maior era com o Evangelho. Mas, o fundador do Instituto, não deixou de colocar como objetivo do trabalho das catequistas a preservação da língua e da identidade ucraniana (COSTA, 2020, p. 138).

A língua ucraniana, dessa maneira sobreviveu, em Prudentópolis de modo especial, porque o uso do vernáculo não se limitava às questões escolares propriamente ditas. Portanto, a sua utilização nas conversas cotidianas não necessitava de escolaridade formal. O uso diário em colônias em que a maioria falava o idioma facilitou a sua manutenção à revelia das ações estatais. Além disso, o vernáculo para as pessoas com tal ascendência está estreitamente ligado à religião, sendo a língua parte constitutiva do rito (TAMANINI, 2017; SKAVRONSKI, 2015).

Importante ressaltar que os emigrantes ucranianos que saíram da Ucrânia no século XIX e início do século XX eram, na sua imensa maioria, de origem camponesa e

analfabeta. Embora houvesse esforços, tanto da Igreja como de Instituições leigas como a *Prosvita*, para aumentar a alfabetização, o maior contingente de pessoas que desembarcaram nos portos brasileiros era desprovida de escolaridade. A oralidade e a prática religiosa fizeram com que o idioma fosse praticado pelas pessoas que se instalaram nas colônias no Brasil (GUÉRIOS, 2007; ANDREAZZA, 1996; HIMKA, 1988).

A partir dos anos 1970, Prudentópolis passou a receber um número significativo de pessoas oriundas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, recebendo algumas famílias diretamente desses dois estados e outras após migração do Oeste paranaense (GUIL, 2015, p. 35). Mesmo assim, nas décadas de 1970 e 1980 ainda havia comunidades na zona rural em que era quase inexistente a presença de famílias que não possuíam origem ucraniana. Nesse contexto, ainda que as escolas étnicas já não existissem, os indivíduos, independente da idade, conseguiam se comunicar em ucraniano sem a necessidade do português (COSTA, 2019).

Portanto, a língua ucraniana continuou viva em Prudentópolis devido a diversos fatores (não necessariamente na ordem a seguir): 1) grande número de descendentes vivendo no município; 2) presença e atuação da Igreja Ucraniana (padres, freiras e catequistas), mantendo o rito e o uso do vernáculo tanto na liturgia como no catecismo, bem como na transmissão radiofônica de missas a partir dos anos 1980; 3) comunidades rurais com expressiva superioridade numérica de pessoas com ascendência ucraniana; 4) maioria dos munícipes vivendo no campo, o que propicia maior apego a tradições e costumes (BLOCH, 2002); e, 5) percentual significativo de casamentos em que os cônjuges tinham a mesma origem étnica (RAMOS, 2012).

Todos esses fatores se entrelaçam, sendo impossível fazer uma hierarquização e sem desprezar outros fatores que podem ser considerados. A lista acima serve para elencar aqueles que entendemos como os mais relevantes, sobretudo para Prudentópolis. Todavia, mesmo com o contexto favorável à manutenção das características etnoculturais do grupo, as transformações são constantes e as relações com indivíduos com outra origem só aumentaram na segunda metade do século XX e início do XXI.

Língua, Educação e Identidade

O fim das escolas étnicas e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa nas unidades de ensino, bem como o aumento dos contatos culturais ao longo do século XX e início do XXI, provocaram, evidentemente, mudanças na cultura e na identidade dos imigrantes e seus descendentes. Se por um lado a cultura, conforme ressalta Denys Cuhe (202, p. 176), muitas vezes é fruto de processos inconscientes, a identidade por sua vez é construída e mantida a partir da percepção da diferença e do contato com o diferente.

O fato das crianças com ascendência ucraniana passarem a ter contato com a língua portuguesa na escola e, de um modo geral, ocorrer o aumento das relações interpessoais com pessoas de outras origens a partir de meados do século XX, não significou perda da identidade, pois esta se forma e se transforma no contato: “(...) as identidades étnicas só se mobilizam com referência a uma alteridade, e a etnicidade implica sempre a organização de agrupamentos dicotômicos Nós/Eles” (POUTIGNAT; STREIFF-FENART, 2011, p. 152).

Destarte, se a nacionalização das escolas étnicas trouxe consequências para os falantes do ucraniano, isso não é sinônimo de perda da identidade, apenas propiciou condições para uma reconfiguração identitária. A criança que só tinha contato com pais e familiares ou com pessoas da própria comunidade - em que residiam pessoas com a mesma origem e que só falavam ucraniano - ao chegar à escola se deparou com uma situação que a fez perceber a diferença. Da mesma forma, à medida que crescia a população do município, inclusive com a chegada de pessoas com origens diversas, a identidade étnica ucraniana não se desfez, ela se transformou: “Las distinciones étnicas no dependen de una ausencia de interacción y aceptación sociales; por el contrario, generalmente son el fundamento mismo sobre el cual están contruidos los sistemas sociales que las contienen” (BARTH, 1976, p. 10).

Quando o padre Cristóforo Miskiw criou, em 1940, o Instituto das Catequistas, e colocou como um dos objetivos do trabalho delas a preservação da língua e da

identidade, foi justamente em vista da necessidade de reconfiguração em razão do contexto. O grupo de danças *Vesselka* (Arco Íris), no final dos anos 1950, também surgiu tendo como uma de suas finalidades a preservação da língua. Além da dança e das coreografias, os alunos do grupo aprendiam e/ou aperfeiçoavam a leitura e a escrita (COSTA, 2019, p. 188)¹⁵.

É possível perceber que a utilização da língua, como uma característica da *ucranidade*, é sempre uma preocupação da Igreja Ucraniana. A Instituição sempre busca atrelar às suas atividades a preservação do idioma, seja na evangelização especificamente, no caso da atuação das catequistas, seja em atividades culturais, como exemplo o grupo de danças folclóricas. Ambas com procedimentos pedagógicos, em formato de aulas, que substituíram de alguma maneira as escolas étnicas desmanteladas.

A importância da Igreja na manutenção da língua estrangeira pelas comunidades em áreas de imigração pode ser constatada em processos semelhantes em outras etnias, como nas comunidades alemãs (LUERSEN, 2009); várias línguas e dialetos alemães que persistem e são falados em uma mesma cidade em Santa Catarina: Bayerisch, Hochdeutsch, ucraniano, polonês e italiano (SEIFFERT, 2009); nas comunidades menonitas do Paraná, onde a religião e a língua (dialeto alemão) têm uma proximidade, é analisado por Maske (2016). Marley Terezinha Pertille (2009) analisa a manutenção da língua italiana e dialetos nas comunidades étnicas, em contextos pluridimensionais. Em comunidades não europeias pode-se mencionar que as Igrejas, nas comunidades em contexto de imigração, têm um papel importante na manutenção da língua de origem do grupo. Como indicam os estudos de Wanessa Margotti Santos Sorti (2016) a respeito da educação muçulmana em Curitiba nos anos de 1970. Já Cesar Rocha Lima (2013) analisa a importância da Igreja Evangélica Árabe de São Paulo para a comunidade sírio-libanesa com as práticas religiosas e uma agenda semanal em língua árabe.

¹⁵ O grupo de danças *Vesselka* também surgiu sob a influência de um padre, o sacerdote Efraim Krevey da Ordem de São Basílio Magno. O referido padre alguns anos depois foi ordenado Bispo.

Retomando a análise a respeito do idioma ucraniano em Prudentópolis. Com a expansão da rede de energia elétrica a partir dos anos 1980 e com a inauguração de duas emissoras de rádio no município, cada vez mais a língua portuguesa passou a adentrar os lares dos prudentopolitanos (GUIL et al, 2006, p. 134). Mas, se por um lado era mais uma invasão do português nas residências em que, quando estavam presentes somente os membros da família, só se falava o ucraniano. Por outro lado, a Igreja passou a utilizar das ondas do rádio para a transmissão de missas e outros momentos religiosos em vernáculo eslavo e atualmente a Paróquia de São Josafat (ucraniana) é sócia de uma emissora de rádio no município (GUIL, 2006, p. 139).

Após a promulgação da Constituição de 1988, na qual ficou determinado que a Educação é dever do Estado e da família, houve no país a criação e a construção de estabelecimentos escolares e um trabalho de inserção na escola de milhões de estudantes. Não por acaso, em Prudentópolis foram criados diversos colégios estaduais no final dos anos 1980 e início dos anos 1990. Os colégios estaduais não recebiam estudantes apenas da comunidade em que o prédio era construído, cada estabelecimento recebia e continua recebendo alunos de diversas comunidades. Isso inevitavelmente majorava os contatos entre crianças e adolescentes de origens étnicas, nacionais e culturais distintas.

O contexto do final do século XX e início do XXI propiciou condições e, podemos dizer, a necessidade, de reconstrução da identidade tendo a língua como símbolo de pertencimento. Os descendentes de ucranianos que nasceram no final nos anos 1990 e início dos anos 2000, pelo menos a maioria, já não aprenderam o ucraniano como língua materna. Mas, continuavam e continuam convivendo com pais ou avós que falam o idioma eslavo e, por mais que os jovens não dominem mais o vernáculo, a comunicação e algumas referências do mundo ainda se dão a partir de termo no ucraniano. O que significa que embora o idioma não seja mais falado fluentemente pelas gerações mais jovens, isso não significa que deixou de ter importância. O que ocorre é uma

transformação e uma reconstrução de fronteiras étnicas, pois estas são porosas e se ajustam conforme as circunstâncias e as necessidades do grupo (BARTH, 1976).

Igreja e Escola, conforme já salientado, no final do século XX e início do XXI estiveram unidas em prol da preservação da língua ucraniana e conseqüentemente acabaram contribuindo para que o idioma, juntamente com outros aspectos culturais, pudesse ser considerado uma característica da identidade. Em vários colégios fundados após a Constituição de 1988, a língua ucraniana foi oferecida na carga horária do currículo destinada à Língua Estrangeira Moderna.

A escolha não é aleatória, pois em vários desses colégios os cargos de gestão, nos primeiros anos, foram ocupados por freiras ou catequistas ucranianas. A liberdade da escolha de tal disciplina estava respaldada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, 9394/96 – LDB¹⁶. Além disso, alguns estabelecimentos foram nomeados fazendo referência à comunidade ucraniana no município¹⁷.

Entretanto, o fato de o colégio ter nomenclatura ucraniana, ou o cargo de direção ser ocupado por uma freira ou catequista, ou mesmo ter existido até 2019 a disciplina do idioma em caráter obrigatório, não garante que o vernáculo seja falado por mais ou menos pessoas. No entanto, isso é uma manifestação de como a língua pode servir para marcar um sentimento de pertencimento. Evidentemente nem todos os alunos são descendentes, mas é justamente nesse contato com o diferente que a etnicidade se constrói e se reconstrói constantemente.

O número de pessoas que falam o idioma ucraniano tem diminuído ao longo do tempo, principalmente nas gerações mais jovens (COSTA, 2019). Mesmo a Igreja Ucraniana se vê impelida a discutir a tradução dos seus rituais, pois os mais jovens não

¹⁶ Conforme já ressaltado, até 2019 havia dois colégios estaduais que ofereciam a disciplina na grade curricular. Em 2020 a disciplina de Língua Ucraniana passou a ser ofertada apenas em curso de contra turno e sem obrigatoriedade de frequência do aluno.

¹⁷ À guisa de exemplo, podemos citar quatro colégios estaduais: C.E. Bispo Dom José Martenetz, o nome homenageia o primeiro bispo da Igreja Ucraniana no Brasil; C.E. Padre Cristóforo Miskiwi, sacerdote Basiliano que fundou o Instituto Secular das Catequistas do Sagrado Coração de Jesus; C.E. Padre José Orestes Preima, outro sacerdote Basiliano com atuação importante no município; C.E. Imaculada Conceição, o nome faz referência à padroeira da igreja Ucraniana da Linha Ligação, comunidade em que a escola está erigida.

compreendem o que é rezado pelo sacerdote e respondido pela assembleia. O dilema entre traduzir e não perder ainda mais jovens ou manter inalterado o ritual em nome da tradição é algo presente na Igreja (SKAVRONSKI, 2015, p. 111).

Contudo, não se pode concluir que a língua ucraniana perdeu sua vitalidade e que deixou de ser falada ou que não tem mais relevância para a manutenção da fronteira etnocultural. No final da primeira década do século XXI temos registro de criança que chegou à escola sem saber falar o português, pois apenas havia aprendido com os pais o idioma eslavo (SIMIONATO, 2012, p. 15).

Considerações finais

À guisa de conclusão, podemos dizer que a identidade étnica ou etnocultural dos ucranianos no Brasil, especialmente em Prudentópolis – PR, já começou o seu processo de transformação no momento da emigração da Europa para a América, pois a identidade é sempre estabelecida nos contatos interétnicos e em oposição ao “outro”.

Ainda que em solo paranaense, bem como em outras unidades da Federação, os pioneiros tenham tentado a manutenção da cultura, da qual o idioma faz parte, tanto a partir das escolas étnicas, como pela prática religiosa sob a Igreja Ucraniana de Rito Oriental, as condições não eram as mesmas que na Europa. Dessa maneira, mesmo que nas primeiras décadas do século XX tenha existido um cenário favorável à preservação da cultura, num sentido *lato*, na medida em que os contatos com a sociedade receptora aumentaram, as reconfigurações foram inevitáveis e necessárias.

A intensificação das relações interpessoais dos imigrantes e seus descendentes com os falantes do português ao longo do tempo, o desmantelamento das escolas étnicas na década de 1930 e os casamentos interétnicos, fizeram com que as questões identitárias se tornassem sensíveis ao grupo. Ao longo da segunda metade do século XX, a identidade étnica ucraniana foi se transformando, mas sem deixar de ter na língua uma característica pela qual o grupo se reconhece e é reconhecido pelos outros. O idioma ucraniano, trazido na bagagem dos primeiros imigrantes, não se perdeu, mas, incorporou

e adaptou termos e palavras em língua portuguesa e foi se mantendo até o século XXI, mais de cem anos após a chegada dos pioneiros, como elemento importante de identificação do grupo.

Ainda hoje, os clubes étnicos buscam manter as festividades que relembram datas e eventos significativos do país de origem, mantêm o ensino da língua culta através de cursos livres, incentivam a formação dos grupos folclóricos que se apresentam em inúmeros festivais e eventos do país e também há os museus, que podem ser considerados como lugares de memória. Os jornais étnicos ainda circulam de forma bilingue revelando a quantidade de leitores mesmo nos grandes centros, como em Curitiba. Este conjunto de elementos culturais considerados significativos e representativos da cultura, também se adapta ao seu tempo e aos contextos sociais. Portanto, a cultura incorporada estabelece novas fronteiras e constrói os sentidos da *ucraneidade*, mostra a cultura de origem e incorpora novos elementos à identidade.

Mesmo o fim das escolas étnicas propiciou que a identidade étnica pudesse sobreviver e/ou se redefinir, pois conforme o referencial teórico já explicitado, a identidade não se manifesta ou não precisa de definição em situações de isolamento. São nos contatos que as fronteiras são constantemente definidas. Nas últimas décadas do século XX, principalmente após a Constituição de 1988, vários colégios de Prudentópolis integraram a língua ucraniana ao seu currículo, demonstrando a relevância desta para os descendentes.

Outro fator que pode ser considerado é a queda do muro de Berlim (1989) e o fim do regime socialista na Ucrânia (1991), que fez com que muitos descendentes procurassem aprender a língua ucraniana culta, em ambiente escolar, na perspectiva de visitar ou trabalhar no país de origem dos antepassados. Aprender a língua ucraniana no contexto do final do século XX reavivou o sentimento de *ucraneidade*, mostrou o quanto a língua se modificou no país de origem e a necessidade de seu (re)aprendizado para se fazer compreender. Portanto, seu ensino como língua estrangeira em algumas escolas públicas de Prudentópolis e mesmo em escolas de línguas estrangeiras, evidenciou as

diferenças entre 'nós' do Brasil e 'eles' na Ucrânia e ao mesmo tempo trouxe a possibilidade de novos intercâmbios culturais, agora em sentido inverso, com a Europa, mostrando a dinâmica das relações culturais.

A Igreja Ucrâniana, que continua realizando a liturgia no rito Oriental ou Bizantino, podendo a língua ser considerada parte constitutiva do próprio rito e não apenas um veículo de expressão, ao longo do século XX buscou táticas para a manutenção do idioma, especialmente a especificidade da escrita. Tais iniciativas do clero se deram justamente em razão do contexto e do aumento dos contatos interétnicos que colocavam a questão identitária em pauta.

Portanto, antes de pensarmos em perda da identidade etnocultural dos descendentes de ucranianos em Prudentópolis, precisamos salientar os interesses, necessidades e sentidos atribuídos à língua, assim como as adaptações ao meio social e aos contatos. Para as primeiras gerações a língua era uma ligação e união com o grupo, tornando-se elemento de resistência ante a ameaça de seu apagamento. As gerações mais recentes, sem a relação com o país de origem, mas com uma memória cultural aprendida, se comunicam em língua portuguesa, trazendo inflexões sobre seus usos e sentidos no próprio grupo étnico. Sendo assim, ainda que cada vez menos pessoas falem o idioma trazido pelos pioneiros, a questão não é a diluição de fronteiras e sim a mobilidade e a porosidade destas. Além disso, as fontes e a bibliografia demonstram que Escola e Igreja sempre tiveram papel de destaque na cultura viva, seja no início do século passado ou no começo do século XXI.

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). *Usos & abusos da história oral*. 8^o Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias: estudo de um grupo imigrante ucraniano 1895-1995*. Curitiba, 1996. 412 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

- AZEVEDO, F. *A cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Da UFRJ/ Ed. Da UNB: 1996.
- BARTH, Fredrik. Introducció. In: BARTH, Fredrik (org.). *Los grupos étnicos y sus fronteras*. Fondo de cultura económica: México, 1976.
- BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- BORUSZENKO, Oksana. Os ucranianos. 2ª ed. *Boletim Informativo da Casa Romário Martins*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, v. 22. Nº. 108. Out, 1995.
- _____. A imigração ucraniana no Paraná. In: *Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História: Colonização e migração*. São Paulo, 1969.
- CANCELLI, Elizabeth. *O mundo da violência. A polícia da era Vargas*. Brasília: EDUNB, 1993.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Lourenço Resende da. O papel da escola e da Igreja na preservação da língua ucraniana em Prudentópolis. In: PRADO, Anderson; ANTUNES, Jair; COSTA, Lourenço Resende da (Orgs). *Diversidade étnica e cultural no interior do Paraná*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.
- _____. *A prática da língua ucraniana em Prudentópolis, Paraná: preservação da identidade e das fronteiras étnicas (1940-2018)*. Curitiba, 2019. 263 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.
- _____. Atuação do clero na preservação da língua e da identidade ucraniana (Prudentópolis/Paraná, século XX). In: *Revista Brasileira de História das Religiões*. ANPUH, Maringá-PR, Ano XIII, nº 38, set/dez, 2020.
- CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2ª ed. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- CUNHA, Manoela Carneiro da. *Antropologia do Brasil*. São Paulo: Brasiliense/EDUSP 1986.
- DAVIES, Norman. Galícia: O Reino dos Nus e dos Famintos (1773-1918). In: DAVIES, Norman. *Reinos desaparecidos: história de uma Europa quase esquecida*. Lisboa: Edições 70, 2018.

- GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Paraná. Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.
- GUÉRIOS, Paulo Renato. *Memória, identidade e religião entre imigrantes rutenos e seus descendentes no Paraná*. Rio de Janeiro, 2007. 299 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.
- GUIL, Luiz Francisco. *As Linhas de Prudentópolis*. Curitiba: Arte Editora, 2015.
- GUIL, Chico; FERNANDES, Josué Corrêa; FARAH, Audrey. *Prudentópolis 100 anos*. Prudentópolis: Editora Artheiros, 2006.
- HAURESKO, Cecilia et al. *Paisagens de Prudentópolis: patrimônio natural, cultural e religioso no interior do Paraná*. Guarapuava: UNICENTRO, 2015.
- HIMKA, John-Paul. *Galician villagers and the ukrainian national movement in the 19th century*. Edmonton: The Canadian Institute of Ukrainian Studies, 1988.
- HORBATIUK, Paulo. *Imigração Ucraniana no Brasil*. Porto União: Editora Uniporto, 1989.
- IOTTI, Luiza Horn (Org). *Imigração e colonização: legislação de 1747 a 1915*. Porto Alegre / Caxias: Assembleia Legislativa do Estado do RS / EDUCS, 2001.
- KAWKA, Mariano. *Palavra do Tradutor*. In GLUCHOWSKI, Kazimierz. *Os poloneses no Paraná. Subsídios para o problema da colonização polonesa no Brasil*. Tradução de Mariano Kawka. Porto Alegre: Rodycz & Ordakowski Editores, 2005.
- KREUTZ, Lucio. *Um professor paroquial*. Porto Alegre: ED. UFRS/ Florianópolis: Ed. UFSC, Caxias do Sul: EDUCS, 1991.
- LIMA, Cesar Rocha. Igreja Evangélica Árabe de São Paulo *Etnicidade e Sincretismo Cultural. Estudos de religião*, v. 27 (2), 2013 (Ejemplar dedicado a: Estudos de Religião - jul.-dez.).
- LUERSEN, Rosane Werkhausen. A situação de contato plurilíngue no sul do Brasil. *Revista Científica da Faculdade Salesiana Maria Auxiliadora. Visões* nº.7, 2009, p. 69-87.
- MARTINS, Wilson. *Um Brasil Diferente*. São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

MASKE, Wilson. A experiência Escolar dos alemães menonitas no Brasil (1930-1970). In RENK, Valquíria Elita (org). *Imigração, educação e escolas étnicas no Paraná*. Curitiba: Ed PUCPress, 2016.

MÜLLER, Telmo Lauro (org). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 1994.

NADALIN, Sergio Odilon. A constituição das identidades nacionais nos territórios de imigração: os imigrantes germânicos e seus descendentes em Curitiba (Brasil) na virada do século XX. *Revista Del CESLA*, nº 15, 2012, p. 55-79. Uniwersytet Warszawski, Varsóvia Polônia.

_____. A respeito de uma demografia histórica de contatos culturais. In: *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 9, n. 11, p. 11-31, 2007.

PERTILE, Marley Terezinha. *O talian entre o italiano-padrão e o português brasileiro: manutenção e substituição linguística no Alto Uruguai gaúcho*. Porto Alegre, 248 f. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

PRADO, Anderson; ANTUNES, Jair: A imprensa ucraniana no Brasil – do *Zoriá* ao *Prácia*: permanências e discontinuidades da cultura em Prudentópolis. In: PRADO, Anderson; ANTUNES, Jair; COSTA, Lourenço Resende da (Orgs). *Diversidade étnica e cultural no interior do Paraná*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

RAMOS, Odinei Fabiano. *Experiências da colonização eslava no Centro-Sul do Paraná (Prudentópolis 1895-1995)*. Franca, 2012. 219 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2012.

RAMBO, Arthur Blasio. Nacionalidade e cidadania. In. *Os alemães no sul do Brasil*. Canoas: Ed. ULBRA, 1994.

RENK, Valquíria Elita. *Aprendi falar português na escola! O processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Curitiba, 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

_____. *As escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. Curitiba: Appris: 2014.

SEIFFERT, Ana Paula. *Línguas brasileiras de imigração faladas em São Bento do Sul (SC): estratégias para revitalização e manutenção das línguas na localidade*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2009.

SEYFERTH, Giralda. Construindo a Nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In. *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz e CCBB, 1996.

_____. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o étnico Teuto-Brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: FCC, 1982.

_____. *A colonização alemã no Vale do Itajaí Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SIMIONATO, Marta Maria. *O processo de alfabetização e a diáspora da língua materna na escola: um estudo em contexto de imigração ucraniana no sul do Brasil*. Florianópolis, 2012. 291 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SKAVRONSKI, Maria Inêz Antonio. *Rezar e Benzer: rituais sagrados e identidade étnica em Prudentópolis – PR (1990-2014)*. Ponta Grossa, 2015. 153 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2015.

SORTI, Wanessa Margotti Santos. Educação muçulmana na década de 1970 em Curitiba. In: RENK, Valquiria Elita (org). *Imigração, educação e escolas étnicas no Paraná*. Curitiba: Ed PUCPress, 2016.

TAMANINI, Paulo Augusto. *A prece ucraniana na pressa da cidade: as renegociações das práticas religiosas ucranianas nos espaços da cidade de Curitiba a partir de 1960*. Curitiba: CRV, 2017.

WILLEMS, Emilio. *A aculturação dos alemães no sul do Brasil: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1980.

WACHOWICZ, Ruy (org). As escolas da colonização polonesa no Brasil. In *Anais da Comunidade Brasileiro Polonesa*. Curitiba: Volume II, 1970, p. 13-110.

Documentos

Arquivos da Delegacia de Ordem Política e Social. Dossiês de Instituições e pessoas, anos de 1930 a 1939: Dossiê DOPS 1106. Curitiba: DEAP.

BRASIL. *Decreto n. 1545 de 25 de agosto de 1939*. Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1545-25-agosto-1939-411654-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10 set. 2020.

BRASIL. *Decreto Federal 406 de 04 de maio de 1938*. Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional. Diário Oficial da União, Seção 1. Rio de Janeiro, 6/5/1938, p. 8494.

PARANÁ. *Relatório de Governo apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Professor César P. Martinez em 1923*. Curitiba: Departamento Estadual de Arquivo Público.

PARANÁ. *Novo Código de Ensino do Paraná*. Decreto 6.149. Regulamento o ensino no estado do Paraná. Publicado no Diário Oficial do Paraná. Curitiba, 10/01/1938.

PARANÁ. *Boletim Policial. Publicação Oficial da Polícia do Estado do Paraná*. Curitiba: Outubro de 1938, ano II n. 19. Arquivo Biblioteca Pública do Paraná, Seção Paranaense.